A FRONTEIRA ORIENTAL BRASILEIRA E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL

Eli Alves Penha*

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é contribuir para a discussão sobre a importância crescente do Atlântico Sul como espaço estratégico para o Brasil e para os países costeiros. Consiste, em suma, em investigar as transformações recentes da questão da segurança regional do Atlântico Sul que interessa ao Brasil, tendo como foco de análise a concepção de "fronteira oriental" e sua aplicação na condução da política exterior e na projeção geopolítica do Brasil no âmbito do Atlântico Sul e África.

Palavras-chave: Atlântico Sul, fronteira oriental, geopolítica, políticas marítimas.

ABSTRACT

The principal aim of this paper is to contribute to the discussion about the growing importance of South Atlantic as a strategic space to Brazil and other costal countries. It has the purpose to investigate the recent transformations on South Atlantic regional security that concern Brazil, focusing on the conception of "eastern frontier" and its application on foreign politics and geopolitics projection of Brazil on South Atlantic and Africa.

Keywords: South Atlantic, east-frontier, regional-security, geopolitic, maritime policies.

INTRODUÇÃO

Na década de 70, embalados pelo crescimento econômico do país, os geopolíticos e diplomatas brasileiros postularam uma política externa mais

* Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professor Colaborador da Escola Superior de Guerra (ESG) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.E-mail:elialvespenha@hotmail.com

independente do centro hegemônico, projetando uma política de potência hemisférica na qual o Atlântico Sul passou a representar a "fronteira oriental" de expansão do Brasil.

A exploração desse novo espaço geopolítico iniciou-se com a extensão da soberania brasileira sobre o "mar territorial" de 200 milhas (1972) e, depois, em direção à África, com a oficialização da "política africana" (1975), onde o país se lançou através de projetos políticos e comerciais.

Apesar dos esforços governamentais empreendidos nas décadas de 70 e 80, houve uma revisão na orientação da política exterior brasileira para a região do Atlântico Sul ao longo dos anos 90 e, por causa disso, o país não conseguiu consolidar laços econômicos sólidos com os países africanos nem impor o seu poder marítimo na região. Esses fatos contribuiriam para inviabilizar o objetivo de consolidar a "fronteira oriental" como espaço de afirmação da potência hemisférica brasileira.

Ao longo da década de 2000, contudo, o Brasil põe em prática algumas medidas que mudariam drasticamente o quadro de inércia estratégica da década anterior. A primeira delas surgiu no âmbito da Marinha do Brasil que, procurando reagir às suas dificuldades logísticas e operacionais propôs em 2004, um novo espaço estratégico denominado de "Amazônia Azul", equivalente, em termos de área e de riquezas naturais, à "Amazônia Verde". A segunda medida foi privilegiar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul como o fórum político e diplomático preferencial na promoção do desenvolvimento e da cooperação regional.

Essas duas medidas brasileiras inserem-se dentro da formatação do novo quadro geopolítico do Atlântico Sul, caracterizado pelo incremento da atuação chinesa no continente africano e pela presença militar dos EUA, através da operacionalização de novos esquemas de segurança na África e na costa atlântica da América do Sul.

A presença das duas grandes potências deve-se ao interesse despertado pelas imensas riquezas naturais existentes na região, inclusive as imensas jazidas de petróleo brasileiro e africano, que tendem a posicionar o Atlântico Sul como nova fronteira de recursos do planeta. Nesse sentido, esse texto procurará investigar até que ponto a "fronteira oriental" brasileira colidirá ou se adequará a essa nova "fronteira estratégica" do planeta, tal como está sendo atribuído ao Atlântico Sul e como o Brasil e demais países da região tem respondido aos novos desafios de segurança regional.

A CONCEPÇÃO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA ORIENTAL[1] BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

Apesar de ocupar posição proeminente e ter seu núcleo geo-histórico assentado em torno do Atlântico Sul, o Brasil não se constituiu em Estado marítimo nem desenvolveu uma política sistemática para integrar o oceano na política nacional brasileira, pelo menos até a década de 70. Uma das razões para isso foi a disposição de imenso espaço continental aberto à colonização, de tal forma que as políticas nacionais não incluíram o mar como elemento primordial ao desenvolvimento da nação. Em consequência, não se atribuiu importância relevante ao desenvolvimento do poder naval, o que fez com que o Brasil se subordinasse às políticas navais das grandes potências, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, quando o país caiu sob forte tutela estratégica da Marinha norte-americana.

Nesse contexto, o Atlântico Sul só interessava ao Brasil no quadro mais geral da defesa do Ocidente, em que o país deveria participar e também legitimar as suas reivindicações no esquema de alianças com os Estados Unidos, numa espécie de "barganha local". Para os EUA, o interesse era marginal: a dependência do Ocidente em relação ao tráfego na região era pequena, e parecia improvável o perigo de um confronto entre as superpotências no teatro marítimo do Atlântico Sul. Além disso, os principais pontos de passagem e estrangulamento já estavam controlados pelas potências ocidentais, o que resultava em agravamento da situação de marginalização da região em relação à geopolítica global (Dodds, 1994).

Por conta desse desequilíbrio estratégico, os países da região não conseguiram desenvolver capacidade militar para constituírem sistemas de segurança em condições de defenderem os seus próprios interesses em comum[2]. Para Michel Morris (1987:217-219), nenhum dos países foi capaz de defender seus interesses individualmente e nem conseguiram estabelecer

---

[1] Na Geografia, o conceito de "fronteira" tem vários significados podendo designar uma barreira, uma ponte ou um "limite" que separa duas zonas, dois países, duas regiões ou mesmo duas entidades mais ou menos abstratas (fronteira lingüística, ideológica, etc.). Na concepção clássica de F.J.Turner (1893)), a "fronteira" foi definida como zona de incorporação a um centro mais desenvolvido, em que ambos se beneficiam dos resultados do movimento de expansão (Penha, 2010).

[2] Os que existiam no Atlântico Sul foram iniciativas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, respectivamente, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) com os países da América do Sul e o "Acordo de Simonstown" com a África do Sul (Penha, 2009).

uma única visão estratégica que conseguisse impor unidade nesta bacia oceânica[3].

O fato do Atlântico Sul não ter se constituído num sistema regional integrado e da militarização da área ter sido menos marcante do que em outras regiões, devido também a menor presença das superpotências na bacia, levou os estrategistas ocidentais a observar isso como consequência da existência de um "vazio de poder" necessitando de estabilização (idem, p.219). Porém, a retomada da capacitação naval de países como Brasil, África do Sul, Nigéria e Argentina, embora insuficiente não deve ser considerada como desprezível, o que contraria, em parte, essa argumentação (Penha, 2011).

Para o Brasil, em particular, o desenvolvimento de políticas de poder regional no Atlântico Sul apesar de lento, foi coerente com o seu status quo no sistema internacional, ou seja, um país subdesenvolvido e dependente de estímulos externos para impulsionar a sua industrialização. Inspirados nas teorias clássicas do Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), mentor do poder naval dos EUA, os pensadores geopolíticos brasileiros procuraram postular uma geopolítica marítima para o Brasil considerando os fatores geográficos "espaço" e "posicionamento" em que o país se destaca na região. O Brasil possui a maior costa marítima no Atlântico (cerca de 7.000 km.) voltada tanto para o Norte quanto para o Sul desse oceano; dispõe de portos de bom calado bem distribuídos ao longo de seu litoral; e tem a posse das ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, que funcionam como trampolins para operações nos segmentos central e meridional do Atlântico e dão segurança para o tráfego de cabotagem e das linhas de comunicação marítima por onde circulam 90% do comércio exterior brasileiro. O Brasil ocupa ainda posição-chave na parte mais estreita do Atlântico Sul, a 3.000 km do continente africano – os chamados desfiladeiros atlânticos, que o presidente dos EUA Franklin Roosevelt denominou de "ponte estratégica Natal/Dacar", bastante valorizado por esse país na IIª Guerra Mundial (Castro, 1985).

A proximidade geográfica com a África, por sua vez, reforça a concepção de um novo conceito de vizinhança: a "fronteira oriental", cuja contiguidade é favorecida pelo Atlântico Sul. Para o General Golbery do Couto e Silva, a África seria a continuação da própria fronteira brasileira e, como ponto mais vulnerável da região, deveria merecer maior atenção política por parte do governo brasileiro, em termos de segurança mútua. Segundo ele, por conta dessa vulnerabilidade caberia ao Brasil, no contexto da guerra fria,

[3] O significado de bacia oceânica, aqui utilizado, refere-se a uma área geográfica marítima banhada por dois continentes e entrecortada por eixos e fluxos econômicos, políticos e sociais (Penha, 2011:17).

"cooperar na imunização também dos jovens países africanos à infecção fatal do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer propensão soviética na direção dessa África Atlântica onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional". Ainda segundo ele, o Brasil deveria se encarregar da responsabilidade de defesa do mundo lusófono, que Portugal não tinha condições de assumir. Entretanto, esta defesa deveria ser feita mediante o concurso dos norte-americanos, devido à vulnerabilidade brasileira em termos econômicos e militares (Silva, 1967:137).

A concepção de "fronteira oriental" foi amplamente utilizada como orientação ideológica nos governos militares de Castello Branco (1964-67) e Costa e Silva (1967-69), sobretudo no tocante a temas relevantes da nossa política exterior como a questão do alinhamento com os Estados Unidos e, interligados entre si, a independência das colônias portuguesas e as relações diplomáticas com governo racista da África do Sul.

No Governo do General Médici (1969-74), esse alinhamento foi substituído por formas autônomas de inserção internacional sustentada pelo ideário do projeto "grande potência". A versão oficial do projeto foi apresentada em 1970, no programa intitulado Metas e Bases para a Ação do governo (Brasil, 1970:4) que, em suas linhas mestras, partia da crença das possibilidades do País como individualidade histórica, em oposição à crença da visão multilateral de pactos e sistemas (Del Vecchio, 1998:61).

O MAR TERRITORIAL

A partir do Governo Médici, as premissas ideológicas contidas na concepção de "fronteira oriental" são paulatinamente substituídas pela interpretação do Atlântico Sul como espaço estratégico para a geopolítica brasileira, tanto em relação às suas facilidades de navegação quanto no sentido da sua incorporação à estratégia nacional da qual a primeira delas foi a extensão do mar territorial para 200 milhas. Repudiando suas posições anteriores sobre a liberdade dos mares, o governo brasileiro adota uma posição mais radical que os outros países sul-americanos onde o país passaria a exercer todas as prerrogativas de soberania e retingindo os direitos dos navios estrangeiros de circularem livremente nesta zona (Morris, 1979:17-18).

Os Estados Unidos, os principais interessados na restrição dos limites do mar territorial, reagiram violentamente a essa medida promovendo retaliações às importações de produtos brasileiros, o que criou problemas no relacionamento bilateral entre os dois países. O interesse brasileiro por trás disso, era tornar-se independente da Marinha dos EUA. Segundo o General Meira Mattos, caberia ao Brasil garantir a defesa do Atlântico Sul pelos seus próprios meios navais, criando uma dissuasória força estratégica

de alta mobilidade, para assegurar a expansão do mar territorial de 200 milhas, assim como proporcionar a segurança das rotas sul atlânticas e caribenhas (Mattos, 1977).

Por outro lado, as providências tomadas pelo Governo argentino em 1966, ao ampliar para 200 milhas as suas águas territoriais, deslocou para a costa brasileira inúmeros barcos estrangeiros à procura de pescados, com a utilização inclusive de navios-fábricas para a sua industrialização. Como até então a legislação brasileira era mais permissível que a Argentina no tocante à jurisdição do seu mar territorial e zona contígua, resolveu o governo brasileiro estendê-la em termos de abrangência para controlar melhor as atividades pesqueiras no nosso litoral, o que vinha sendo feito de forma indiscriminada por pesqueiros estrangeiros, com graves prejuízos ao país (Penha, 2011:125).

Nesse sentido, a decisão teve dois componentes principais: em termos econômicos, para evitar uma exaustão dos recursos pesqueiros do país, tal como vinha ocorrendo com a pesca do camarão na foz do Amazonas e na costa do Amapá; e em termos políticos e diplomáticos, assinalar maior independência da política externa vis-à-vis aos EUA no tocante a esta questão e também como forma de se equiparar aos países sul-americanos, já que o Brasil foi o último a aderir a esta proposta[4].

Segundo Saraiva (1996:135), outra intenção era envolver os países africanos da costa atlântica no apoio à decisão brasileira. A solidariedade africana era importante trunfo junto aos fóruns multilaterais, denotando que o centro do enfoque estratégico para a África era ressaltar a importância do Atlântico Sul como área vital para a segurança econômica na região. Mas o apoio dos países africanos ao Brasil ainda estava fortemente condicionado pela indecisão brasileira quanto à independência das colônias portuguesas e de suas relações com a África do Sul, o que só seria resolvida a partir de 1975, com o desenvolvimento da chamada "política africana", pelo Itamaraty.

A POLÍTICA AFRICANA

As mudanças ocorridas em Portugal, em 25 de abril de 1974, com a

[4] Cumpre assinalar que, por ocasião da Convenção da Jamaica em 1982, o Brasil aderiu ao Tratado e, mediante Lei nº 8.617 de 4 de Janeiro de 1993, oficializa a largura da fronteira marítima brasileira constituída pelo Mar Territorial (12 milhas), a Zona Contígua (12 milhas) e Zona Econômica Exclusiva (188 milhas, incluindo a Zona Contígua), perfazendo 200 milhas, mas podendo chegar a 350 milhas em alguns pontos da costa por conta da extensão da plataforma continental. No interior da ZEE, o trânsito de embarcações é livre, mas o Brasil é dono de todos os recursos vivos e não vivos da água, do solo e do subsolo (Vidigal, 2005).

Revolução dos Cravos que pôs fim ao longevo governo de Oliveira Salazar no país, reforçou a revisão pelo Brasil, de suas alianças com Portugal. Nessa direção, o Brasil reconhece a independência de Guiné-Bissau em 18 de julho de 1974; em 11 de novembro de 1975, reconhece integralmente o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) como legítimo representante dos interesses do povo angolano; com isso, é o primeiro país a admitir o status político de Angola como nação independente e a representatividade do MPLA. Em 15 de novembro de 1975, o Brasil estabelece relações diplomáticas com Moçambique (Oliveira, 1988:121-3).

Com o reconhecimento dos governos marxistas de Angola e Moçambique, enterra-se definitivamente a concepção de fronteira ideológica que ainda norteava segmentos governamentais na condução da política externa para a região do Atlântico Sul e inaugura-se outra etapa da política internacional do Brasil para o continente africano, oficializando-se a política africana brasileira.

A meta da política africana, definida formalmente durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-79), era assegurar uma maior complementaridade política e econômica, que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Nesse sentido, a política africana teve um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano, como substituto às ex-potências coloniais; e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento a partir da perspectiva da multilateralidade Sul-Sul.

O afrouxamento do alinhamento às doutrinas de segurança hemisférica e a redefinição das relações com os Estados Unidos, foram os aspectos que conduziram o Brasil a uma maior aproximação com os países do Terceiro Mundo e com a África em particular. Ou seja, a visão hemisférica ocidental em torno do conflito Leste-Oeste é substituída pelas relações Sul-Sul, baseada na cooperação e no desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a política africana constituiu-se num espaço privilegiado da inserção internacional brasileira. Em termos econômicos, ela foi percebida como uma estratégia para o país ganhar maior autonomia em sua própria formação de capitais. Em termos políticos, buscou-se projetar o Brasil como liderança do Terceiro Mundo, a partir da veiculação da imagem do país como primeira civilização industrial dos trópicos, com tecnologias apropriadas às realidades subdesenvolvidas, de índole pacifista, anti-imperialista e etnicamente multirracial.

O recrudescimento do protecionismo dos países industrializados contra os produtos manufaturados brasileiros, sobretudo por parte dos Estados Unidos, e as rivalidades regionais com a Argentina também contribuíram para reforçar a política africana do Brasil, em decorrência também da relativa

receptividade dos países africanos à presença brasileira naquele continente. Assim, através das relações Brasil-África, criava-se no Atlântico Sul uma concepção de cooperação regional que permitiu, mesmo nos períodos de crise econômica, como o foi o problema da dívida externa nos anos 80, garantir espaço de manobra autônoma para o Brasil e os países africanos, junto ao sistema internacional.

De modo geral, a política africana foi uma clara demonstração da capacidade governamental de manter um projeto de longo prazo, com ganhos significativos para o país, que se tornou uma das principais lideranças do Terceiro Mundo, em sua luta para "descongelar" o poder mundial e democratizar as relações internacionais. No Atlântico Sul, os ganhos diplomáticos foram a sua transformação em zona de paz e cooperação, em substituição à perspectiva de militarização, constituindo-se na maior conquista da política africana do Brasil (Saraiva, 1996:215).

Debatido na Assembleia Geral das Nações Unidas, a iniciativa brasileira materializou-se como Resolução de nº 41/11 de 27 de outubro de 1986. Os principais objetivos da resolução foram a promoção da paz e da cooperação entre os povos da região sul atlântica, ou a paz como objetivo maior e a cooperação como instrumento ou meio para atingir esse fim (Mourão, 1988:49-60).

Para o Brasil, a Zopacas representou, acima de tudo, a materialização da herança atlântico-africana e, portanto, etapa importante da consolidação da "fronteira oriental" no Atlântico Sul. As dificuldades de projeção do poder naval dos países ribeirinhos, como bem demonstrou a Argentina por ocasião da Guerra das Malvinas, alargou a visualização do Atlântico Sul como bacia de cooperação, transformando a Zopacas no principal eixo de referência político-diplomático de todos os países-membros.

A PAX ATLANTICA: MILITARIZAÇÃO & COOPERAÇÃO REGIONAL

A proposta de transformar o Atlântico Sul em uma zona de paz e cooperação foi produto do período da Guerra Fria e representou um grande esforço brasileiro-africano no sentido de manter o Atlântico Sul afastado do conflito Leste-Oeste. Dois outros componentes foram: a derrota argentina na guerra das Malvinas que possibilitou a retomada das relações de confiança entre os dois países; e a suspeita (depois confirmada) de que a África do Sul havia adquirido a capacidade de fabricar artefatos nucleares o que implicaria em lidar com um quadro extremamente instável de segurança regional. Não por acaso, estes dois países foram os mais entusiastas defensores da

criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS, além dos EUA, segundo o mesmo modelo de comando unificado da congênere do Atlântico Norte- OTAN (Penha, 2009).

Nesse sentido, a proposta se mostrou positiva justamente por permitir o desenvolvimento dos poderes navais pelos países da região, delimitando responsabilidades e buscando evitar interferências externas. O exemplo do conflito das Malvinas engendrou a necessidade de se estabelecer uma concepção de estratégia marítima mais voltada para os interesses regionais, na qual a defesa do Atlântico Sul ficaria a cargo dos países ribeirinhos. Nesse sentido, o Itamaraty procurou obter o consenso internacional para legitimar esta estratégia já que a proposta de zona de paz não implicava em renunciar aos projetos de ampliação do arsenal militar brasileiro que incluíam a aquisição de um novo porta-aviões e a construção do submarino de propulsão nuclear. Ao mesmo tempo, esta medida potencializava as possibilidades de cooperação com os países sul-americanos e africanos, introduzindo a área da segurança na agenda da cooperação regional.

Paro o Almirante César Flores (1987:420), com a Zopacas, a Marinha brasileira teria como desenvolver certa capacidade "dissuasória", que poderia ser implementada com base na cooperação naval regional, de forma a criar dificuldades para a intervenção das potências extra-regionais. A cooperação naval argentino-brasileira, em torno da construção do submarino de propulsão nuclear, chegou a ser postulada como uma meta a ser implementada, levando-se em consideração os acordos de integração regional em torno do Mercosul e os princípios previstos na Zona de Paz e Cooperação de afastar as potências extra-regionais da região, numa referência clara à presença britânica nas Malvinas (Vidigal, 2005).

Essas metas, contudo, ficaram comprometidas com as modificações no cenário internacional dos anos 90 que, sob o mando da ideologia neoliberal, removeram algumas das principais motivações da Zopacas e, simultaneamente, as orientações de cooperação Sul-Sul do governo brasileiro sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essa mudança de orientação provocaria um esmorecimento das relações com o continente africano, com perdas significativas de espaços conquistados desde o governo Geisel e a consequente diminuição dos laços cooperativos entre as duas margens do Atlântico.

Do ponto de vista estratégico, o resultado mais imediato foram os sucessivos cortes orçamentários na política de defesa nacional. Para a Marinha, esses cortes passaram a constituir um risco permanente de retorno à situação de dependência externa em termos da capacitação naval, como foi até meados dos anos 70.

A fragilidade naval brasileira e dos países da região, por sua vez, amplia, na mesma proporção, a presença das potências marítimas, principalmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha na região. A presença desses países se justifica por conta de questões associadas á "segurança global" como a Rota do Cabo, por onde passam 66% do petróleo europeu e 26% norte-americano tornando o Atlântico Sul uma rota marítima vital para suas economias.

A presença da Grã-Bretanha acentua a permanência do quadro colonial remanescente da pax britannica, graças à posse das ilhas meso-oceânicas (Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena) e peri-antárticas (Shetlands, Geórgia, Gough e Sandwich) além das Ilhas Malvinas, que é uma variável estratégica chave para o quadro geopolítico do Atlântico Sul.

Os Estados Unidos, a despeito das restrições impostas pela Zopacas, se faz presente através de exercícios periódicos - em operações rotineiras visando ao combate do narcotráfico- e para a manutenção de exercícios navais na região. Para isso conta com instalações militares em Ascensão, arrendada dos ingleses, cujo valor estratégico foi evidenciado no conflito das Malvinas. Em termos de forças navais, os Estados Unidos é a grande potência marítima mundial dispondo de forças navais equipadas com navios à propulsão nuclear, submarino nuclear de ataque e mísseis estratégicos com ogivas nucleares.

Diante desse quadro podemos dizer que as iniciativas brasileiras no âmbito do Atlântico Sul voltados para a desmilitarização, a desnuclearização, a preservação do meio ambiente e para a paz e cooperação, defronta-se com o "hard power" anglo-saxão de concepção militar voltado para o domínio do mar, ainda claramente influenciada pelo pensamento do Almirante Alfred T. Mahan. Esse é um aspecto crucial para a discussão do pensamento estratégico naval brasileiro, no sentido de que somente iniciativas diplomáticas e projeção do "soft power" talvez sejam insuficientes para assegurar as bem sucedidas iniciativas brasileiras de paz e cooperação regional. Na gestão do governo Lula, a mudança de orientação da política exterior e seu empenho pessoal no fomento da cooperação com a África, deu alento para a formação de uma comunidade regional no âmbito do Atlântico Sul, tema que iremos analisar a seguir.

A EXPANSÃO DA "FRONTEIRA ORIENTAL" NOS ANOS 2000: DESENVOLVIMENTO & COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), houve uma retomada da orientação Sul-Sul da nossa política exterior, tornando a

região do Atlântico Sul uma das áreas preferenciais do interesse político e diplomático brasileiro. No ano em que assume o mandato presidencial, o presidente Lula inicia uma série de viagens oficiais para o continente africano[5], buscando projetar o Brasil como parceiro estratégico na promoção do desenvolvimento social, através do incremento da cooperação regional no âmbito do Atlântico Sul.

O contexto regional em que Lula vai conduzir a política africana é caracterizado por grandes transformações geopolíticas no âmbito do Atlântico Sul, cujo marco é o grande interesse despertado pelos recursos naturais africanos por parte das grandes potências. Nesse sentido, a forte atuação da China no desenvolvimento de projetos de infraestruturas e exploração dos recursos naturais no continente africano; e a presença militar norte-americana através do United States África Command, AFRICOM, criado em 2007, e o relançamento da IV Frota no Atlântico, em 2008, não deixaram dúvidas sobre a grande relevância geopolítica adquirida pelo Atlântico Sul, ao longo da década de 2000.

Para o Brasil e demais países do Atlântico Sul, uma das questões geopolíticas mais relevantes é a regulamentação e gestão dos espaços marítimos em torno das Zonas Econômicas Exclusivas –ZEEs, onde se concentram grandes estoques de recursos pesqueiros e ricas jazidas minerais. A pesca ilegal, o tráfico ilícito (migrantes, armas e drogas), o depósito de lixo tóxico e a pirataria são problemas enfrentados por Estados costeiros com fraca capacidade de projeção de soberania nos espaços marítimos sob sua jurisdição. Calcula-se que, somente com a prática da pesca ilegal, os africanos têm perdas de cerca de um bilhão de dólares por ano, que se fossem recuperadas permitiriam um aumento do PIB de cerca de 6% ao ano. Se formos somar a isso a apropriação de recursos petrolíferos pela ação da pirataria, tal como ocorrida no Golfo da Guiné, as perdas aumentam exponencialmente com graves prejuízos para o desenvolvimento econômico social dos países afetados. Na Nigéria, por exemplo, a perda é de cerca de 1,5 bilhões de dólares por ano em cargas de petróleo bruto roubado (Nascimento, 2011:105).

A fragilidade dos países africanos em projetar soberanias sobre seus espaços marítimos dá motivo para a entrada em cena de potências extra-regionais com o pretexto de protegerem seus interesses econômicos e políticos na região. Os EUA, em particular, tem atribuído ao Golfo da

[5] Como forma de subsidiar os processos decisórios do governo Lula em suas viagens à África, foi realizado em Fortaleza, no final de maio de 2003, o Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio (Saraiva, 2012:98).

Guiné, grande valor estratégico, devido ao seu crescente interesse pelo petróleo da região, responsável por cerca de 20% de suas importações. A atuação americana, em termos políticos, enfatiza cooperação inter-estatal na segurança marítima através de mecanismos de segurança voltados para a prevenção e gestão de conflitos, combate á pirataria e monitoramento das rotas marítimas por onde circulam o petróleo que abastece o seu mercado interno.

O Brasil, por sua vez, depende da sua Marinha para dissuadir ameaças e afirmar sua soberania no seu espaço marítimo jurisdicional denominado de "Amazônia Azul". Esse espaço marítimo corresponde à extensão da plataforma continental em torno das ZEEs que, em alguns trechos, chega a 350 milhas. Abarcando um total de 4.500.000 km^2, a "Amazônia Azul" equivale, em termos de área geográfica, à "Amazônia Verde" e, da mesma forma que esta, está repleta de riquezas biológicas e minerais, e também sujeita a ameaças de exploração predatória e interesses internacionais[6].

Na promulgação da Política Nacional de Defesa, em 2005, a Amazônia Brasileira e o Atlântico Sul aparecem como áreas prioritárias, tendo em vista a sua importância estratégia e econômica. Isso implica também a necessidade do Brasil ampliar a presença militar no Atlântico Sul, em função da posse, por parte do país, da grande biodiversidade e das grandes reservas de recursos naturais existente na área (Vidigal, 2004).

Se formos considerar a capacidade militar no âmbito das águas jurisdicionais, Marinha do Brasil está bem equipada para o exercício de suas missões: conta com 1 porta-aviões, 6 fragatas Classe Niterói, 3 fragatas Classe Greenhalgh, 4 corvetas Classe Inhaúma, 6 varredores Classe Aratu, 78 helicópteros armados, 25 blindados, 4 navios de desembarque, 29 navios de patrulha. Conta ainda com 4 submarinos da Classe Tupi, 1 Classe Tikuna e um submarino de propulsão nuclear em construção. Em termos de segurança marítima das "águas azuis", contudo, a Marinha brasileira ainda não conseguiu desenvolver capacidade oceânica, ou seja, tornar-se uma força naval capaz de projetar poder e de dissuadir forças hostis no âmbito de toda a bacia do Atlântico Sul.

Por outro lado, a premissa do Governo Lula em termos de segurança regional, foi privilegiar a primazia de abordagens multilaterais, em detrimento das unilaterais, favorecendo a cooperação como meio legítimo para a proteção dos interesses em comum. Entretanto, a dificuldade reside

[6] A camada de rochas conhecida como pré-sal, tem potencial suficiente para elevar em 50% as atuais reservas comprovadas do país (33 bilhões) e com estimativas de se chegar a um montante entre 50 a 100 bilhões até 2020 (Guerra, 2012:73).

justamente em estabelecer um mínimo de consenso entre os países da região, tais como identificar quais os interesses e as ameaças comuns, sobretudo considerando os atuais paradigmas da "segurança global".

OS DESAFIOS DA COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL

No período do pós-guerra fria, o conceito de cooperação em segurança regional mudou substantivamente já que os focos de ameaças não são mais ameaças externas de cunho militar e sim conflitos intra-regionais e mesmo, intra-nacionais. Assim, a questão da segurança deixa de ser regional strictu sensu e sim as que afetam a segurança global – terrorismo, doenças, imigração ilegal, drogas, degradação ambiental, pirataria, etc.

Por outro lado, os eventos do pós 11 de setembro provocaram sucessivas redefinições no sistema internacional, quebrando o consenso existente em torno da unipolaridade norte-americana. Esse fato contribuiu para incrementar uma crescente regionalização da segurança internacional em função da desconfiança que gerou a imposição da pauta dos EUA centrada na luta contra o terrorismo e contra os "estados párias", que, na definição do governo estadunidense, seriam os países falidos e os que apoiavam os grupos terroristas.

No caso do Atlântico Sul, a visão anglo-saxã e ocidental concebe esse oceano como seu perímetro de segurança devido à contiguidade geográfica com o Atlântico Norte. Isso implica que, para eles, o desenvolvimento da região deve subordinar-se às questões de "segurança global" como forma de garantir estabilidade e segurança para toda a bacia. Isso ajuda a explicar o interesse de setores acadêmicos e governamentais dos EUA em ampliar a extensão geográfica da OTAN em direção ao Atlântico Sul, numa fusão que eles denominaram de "Bacia do Atlântico" [7].

Essa proposta foi rechaçada pelo governo brasileiro já que contrariava todos os esforços levado a cabo pelo Brasil em assegurar a cooperação e a paz no Atlântico Sul, rejeitando qualquer projeto que implicasse em militarização da região. No entendimento do governo brasileiro, a proposta representava o novo conceito estratégico da OTAN de se expandir em direção a outros teatros de operações marítimas (Ministério da Defesa, 2010).

Apesar de rechaçar a proposta de criação da "Bacia do Atlântico" isso não impediu que o governo brasileiro, através de seu Ministro da Defesa Nelson Jobim assinasse, em abril de 2010, acordo de cooperação

[7] NATO. NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement. Lisboa, 2010.

militar com os EUA em termos de apoio logístico, segurança tecnológica, aquisição de produtos e serviços de defesa, exercícios militares conjuntos, intercâmbios de estudantes e instrutores[8].

Essa aparente contradição entre discurso e ação do governo brasileiro é o que Amado Cervo chama de "segurança subordinada", na medida em que a diplomacia de Lula busca "colocar a segurança em segundo plano, subordinando-a a interesses econômicos e tecnológicos e recobrar um papel geopolítico que atenda a interesses brasileiros derivados (...) mas sucumbem frequentemente a interesses e poder reais" (Cervo, 2008, p. 147-148).

Do ponto de vista da capacitação das forças navais brasileiras esses acordos são necessários já que os cortes orçamentários na política de defesa e a ociosidade dos equipamentos justificam a prática de exercícios de cooperação navais como meio de se garantir um mínimo de operacionalidade. Isso permite trocas de experiências entre as marinhas no sentido de atuar em situações que coloquem em risco a segurança marítima das águas jurisdicionais e internacionais.

Além disso, os cortes orçamentários nas políticas de defesa é uma realidade mundial. A tendência recente é contar com menos recursos para a área de defesa e, em contrapartida, desenvolver projetos de cooperação naval entre as marinhas em missões conjuntas, como forma de compartilhar despesas e tornar as forças navais enxutas e bem treinadas com vistas ao cumprimento das suas missões navais, assunto que analisaremos a seguir.

COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA MARÍTIMA

Em termos de cooperação naval, a parceria mais constante da Marinha do Brasil tem sido a "US Nave" que lidera o exercício naval mais antigo no Atlântico Sul, a UNITAS, em conjunto com as demais marinhas dos países sul-americanos. No período da guerra fria os exercícios se vinculavam à guerra antissubmarinos soviéticos, mas na atualidade, a UNITAS tem privilegiado os problemas de "segurança global" como as ameaças ligadas ao terrorismo, à imigração ilegal e ao tráfico de drogas internacional.

Também sob liderança norte-americana, a Marinha do Brasil participou, pela primeira vez em 2012, do exercício naval multinacional "Obangame Express", que se concentrou em segurança marítima no Golfo da Guiné, também vinculada às questões de "segurança global".

Outro exercício naval organizado a partir de iniciativa dos EUA foi o

[8] www.itamaraty.gov.br/2010/abril/07

Plano de Coordenação da Defesa do Tráfego Marítimo, criado no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O Plano visa assegurar o uso das vias de comunicações marítimas pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ao longo dos últimos 42 anos, o cargo de CAMAS vem sendo exercido, em sistema de rodízio, por almirantes argentinos, brasileiros e uruguaios.

Iniciativas no sentido de consolidar maior presença naval dos países da região sul atlântica, abrangendo as suas duas margens, têm existido, embora de forma ainda isolada. Atividades de exercício naval conjunto são realizadas periodicamente, principalmente entre os países de maior projeção na região, ou seja, Argentina, Brasil e África do Sul em operações denominadas ATLASUR e FRATERNO. O ATLASUR é um exercício naval bianual reunindo África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai e compreende exercícios antiaéreos e antissubmarinos. O FRATERNO, que reúne as esquadras brasileiras e argentina em operações conjuntas desde 1978, tem o propósito de estreita os laços de amizade entre as duas marinhas e fortalecer a defesa recíproca da porção sul do continente americano[9].

Uma das atuações mais expressivas em termos de cooperação em segurança marítima ocorre em torno das ZEEs onde o Brasil tem participado nos trabalhos de mapeamento destas zonas em alguns países africanos, inclusive ajudando a organizar a ala naval da Marinha da Namíbia, com vistas ao patrulhamento costeiro e aproveitamento de sua ZEE onde se localiza a maior concentração de cardumes de peixes do mundo. O interesse brasileiro pela Namíbia obedece a critérios geopolíticos: além de possuir um porto bem aparelhado e bem posicionado (Walvis bay), entre a Cidade do Cabo e Luanda, o país pode servir como aliado para aumentar a influência brasileira na região. Além da Namíbia, menciona-se o acordo assinado entre os Ministérios de Defesa de Brasil e Angola a fim de se efetuar o levantamento da plataforma continental angolana, com apoio técnico brasileiro[10].

Angola integra o conjunto dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) com quem o Brasil tem desenvolvido um amplo leque de projetos em cooperação de segurança marítima. No III Simpósio das marinhas da CPLP, realizada em maio de 2012 no Rio de Janeiro, discutiu-se as dificuldades enfrentadas pelos países lusófonos do Golfo da Guiné em lidar com as ameaças à segurança dos mares, pois não

---

[9] www.naval.com.br

[10] <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica externa2003-2010>.

dispõem de navios ou patrulhas em condições de combater estas ameaças, principalmente a pirataria ou roubos armados na região. Nesse sentido, o evento abordou uma questão central para a cooperação regional, como as marinhas mais desenvolvidas, como a do Brasil e a de Portugal podem ajudar as demais da Comunidade a enfrentar as atuais ameaças. Além de navios, lanchas e outros equipamentos que possam ajudar as marinhas da CPLP, a Marinha do Brasil oferece ampliação de cooperação na formação de recursos humanos na área[11].

A ZOPACAS E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA REGIONAL

Mas o eixo principal dos projetos de cooperação regional, em todos os âmbitos no Atlântico Sul, tem sido a Zopacas que tem funcionado como um grande aglutinador das iniciativas de coordenação políticas e diplomáticas dos países da região. Há grande interesse do Ministério da Defesa do Brasil revitalizá-la, sobretudo agora com a proposta dos EUA em estender as operações da OTAN no Atlântico Sul, através da operacionalização do conceito "Bacia do Atlântico".

Em pronunciamento na XIII reunião de Ministros de Defesa da CPLP, em Cabo Verde (11/2011) o Ministro Celso Amorim ressaltou a importância da Zopacas para a paz e cooperação no Atlântico Sul, conclamando as potências extra-regionais à observância dos princípios de desmilitarização do Atlântico Sul e eliminar sua presença militar no Atlântico Sul, como forma de evitar que projetem rivalidade e conflitos estranhos a ele. Segue afirmando que a ausência de armamentos nucleares é uma eloquente razão para que o Brasil não aceite conceitos ampliativos como o que faz referência a uma suposta "Bacia do Atlântico". Conclui dizendo que o princípio dos usos pacíficos dos oceanos e as possibilidades que ele abre à cooperação devem ser utilizados em todas as suas potencialidades

O projeto de revitalização da Zopacas, na verdade, se deu graça à iniciativa angolana, reunindo os 24 países membros para a VIª reunião, em Luanda nos dias 18 e 19 de junho de 2007. Na ocasião, o governo angolano defendeu a proposta de tornar a Zopacas o fórum privilegiado no sentido de garantir a defesa e segurança dos países da região face, sobretudo, ao redimensionamento da questão geoestratégica tendo em vista os recursos energéticos, o comércio marítimo e a presença militar norte-americana. Na perspectiva angolana, a Zopacas revitalizada pode se constituir num fórum privilegiado de reflexões e

[11] http://www.voanews.com/portuguese/news/angola/11/05/2012

ações, não só relativo aos esforços de coooperação regional, mas também como instrumento de defesa e segurança dos países sul atlântico.

Entretanto, o regionalismo aberto da Zopacas não confere à região dinamismo próprio que permita fundamentar a existência de uma comunidade de segurança strictu sensu no Atlântico Sul. Essa para existir, segundo Ruggie (1993:172) precisa congregar interesses comuns, desenvolver acordos de controle mútuo e medidas de formação de confiança que vão desembocar num sistema de "segurança cooperativa" especializado em conflitos dentro da comunidade de segurança equilibrando a presença extrarregional de potências marítimas.

O EXEMPLO INDIANO: COOPERAÇÃO E SEGURANÇA REGIONAL NO OCEANO ÍNDICO

As dificuldades na implementação de medidas com vista à formação de comunidades de segurança regional, não são exclusivas do Atlântico Sul já que no oceano Índico observa-se o mesmo problema, embora se guardando as devidas proporções. O Oceano índico, diferente do Atlântico Sul, é um espaço nuclearizado de segurança marítima altamente competitiva, devido a forte presença de forças navais extra-regionais, sobretudo no entorno do Golfo Pérsico. Por isso a questão da segurança regional sempre foi mais focada, devido à sua vulnerabilidade a focos potencias de conflitos (Kumar, 2009:127).

Mas, da mesma forma que no Atlântico Sul, o protagonismo indiano em formar uma comunidade de segurança no índico esbarra nos mesmos problemas: dispersão dos interesses nacionais; fragilidade da maioria das marinhas dos países ribeirinhos; além da presença de grandes potências militares extra-regionais (Rooyen, 2011:20).

Esse quadro justificou as iniciativas da Índia para promover a criação da Zona de Paz do Oceano Índico – IOZOP (sigla em inglês), apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1971. Entretanto, por causa das divergências internas entre os países membros, o projeto nunca foi concretizado. A principal causa das divergências foi a presença naval dos EUA, através de bases no Golfo Pérsico e na bem posicionada Ilha de Diego Garcia, arrendada dos ingleses. Muitos membros do comitê reconhecem a importância dessa presença para garantir a estabilidade na região, o que contrariava o objetivo de garantia da paz e segurança (Idem, p.9).

Em 1995, outra iniciativa indiana foi a criação da "Associação para a Cooperação Regional do Oceano Índico", conhecida pela sigla em inglês IOR-ARC, tendo como vértices a África do Sul, Índia e Austrália. O objetivo dessa associação era criar facilidades comerciais entre os países membros,

através de regras comuns ou de acordos bilaterais.

Entretanto, o regionalismo aberto do IOR-ARC era visto como ineficiente por não abranger a cooperação em termos de defesa e segurança, constituindo um impedimento para a cooperação regional já que exclui questões controversas de caráter militar. Para preencher essa lacuna, a Índia sugeriu a criação do "India Ocean naval Symposium" – IONS, que consolidou efetivamente os mecanismos conjuntos de defesa e segurança marítima reunindo todas as marinhas dos países do IOR-ARC mais os EUA, como observador. Realizado pela primeira vez em 2008 na cidade de Nova Delhi na Índia, o IONS consagrou como seu principal objetivo a salvaguarda do Índico para o comércio e a segurança das rotas marítimas[12].

A experiência do índico pode servir como exemplo para os esforços brasileiros no Atlântico Sul, sobretudo considerando que a Marinha do Brasil tem participado, desde 2008, dos exercícios navais do IBSAMAR, dentro dos propósitos de cooperação triangular Índia, Brasil e África do Sul - IBAS.

O IBSAMAR poderia, segundo o analista sul-africano Francis Kornegay, representar a segurança marítima de todo Hemisfério Sul face às rivalidades entre as grandes potências do Norte na região. O problema principal, segundo ele, é saber se os países do IBAS sustentam uma concepção geopolítica coerente na região, em relação às grandes potências (Kornegay, 2008:176).

CONCLUSÃO

Apesar das muitas iniciativas em jogo e das múltiplas escalas de atuação do Brasil, há uma lógica na articulação destas escalas e todas convergem para o fortalecimento da Zopacas como fórum legítimo de articulação regional, inclusive no âmbito da segurança.

A estratégia brasileira e nigeriana de constituição da Zopacas tornou a bacia do Atlântico Sul a menos militarizada e a única desnuclearizada de todos os oceanos. Isso por si só já representa um elemento aglutinador favorecendo a formação de um consenso de que, aos países da região, interessa a paz, a cooperação e o desenvolvimento econômico e social. E, a exemplo dos processos que ocorrem no Índico, o que falta ainda é tornar esses valores uma base sólida para formar uma comunidade de interesses político, econômico e de segurança integrados.

Cabe ressaltar ainda que a liderança brasileira na coordenação de processos cooperativos na bacia do Atlântico Sul apesar de descontínuos,

---

[12] www.ions.gov.in

em função das políticas de governo, tem sido coerente com a sua história e geografia.

A Geografia, em particular, pode não decidir os rumos do país, mas pode servir como bússola para a orientação geopolítica. Sob esse ponto de vista, a Zopacas seria, após a "Amazônia Azul", outra etapa da "fronteira oriental" brasileira cujo movimento pode resultar na sua transformação em uma bacia econômica, integrando os 24 países membros numa grande comunidade regional com cerca de 600 milhões de habitantes, PIB de três trilhões de dólares, e repleta de imensas riquezas minerais e recursos energéticos e alimentares. A complementaridade de recursos entre ambos os lados da bacia pode, por exemplo, ajudar a resolver o problema de segurança alimentar da África, sobretudo considerando a experiência da EMBRAPA no aproveitamento agrícola do cerrado brasileiro, cujas condições ecológicas são semelhantes à savana africana.

Essa experiência foi aplicada pioneiramente na região norte de Moçambique, favorecida pela concessão de terras do governo moçambicano aos agricultores brasileiros. A medida foi saudada pela imprensa brasileira13 como um movimento de "expansão da fronteira agrícola brasileira na África", sendo que o montante de terras concedido é bastante significativo: 6 milhões de hectares, o que equivale a cerca de 60 mil km2 ou 1,3 vezes o estado do RJ.

Moçambique não integra a Zopacas, mas nutre com o Brasil profundas afinidades culturais e históricas, além de ocupar posição estratégica chave no Índico, justificando plenamente a parceria entre ambos os países. Essa parceria, por sua vez, favorece a atuação brasileira no âmbito das relações triangulares do IBAS, constituindo etapa importante da projeção geopolítica do Brasil no Índico, no âmbito das relações Sul-Sul e também no plano global já que os três países formam o grupo das potências emergentes mais dinâmicas da geoeconomia mundial, o BRICSA, ao lado da China e Rússia.

Posto tudo isso, conclui-se que houve uma continuidade histórica da expansão da fronteira oriental brasileira no âmbito do Atlântico Sul. Sob certo ponto de vista, pode-se dizer que o conceito de "fronteira oriental" é mais do que uma diretriz da geopolítica brasileira, é um ideologema, no sentido que é um dado permanente na condução da nossa política exterior, embora se tenha pouca consciência sobre isso. Não devemos esquecer que o Estado brasileiro nasceu orientado geopoliticamente para a África, já que a ideia de Império incorporou a dimensão marítima e africana na nossa formação política e social (Penha, 2011).

Se formos seguir essa diretriz da "fronteira oriental", podemos perceber que a consolidação das frentes continental (Unasul), marítima (Zopacas)

e meridional (IBAS), pode conferir ao Brasil uma posição geopolítica meridional, sobretudo se o país desenvolver a indústria ferroviária e naval (Martin, 2007). Nesse sentido, considerando que a superioridade naval anglo-saxã no Atlântico Sul ocorre no domínio dos espaços marítimos comuns e nas pontas dos continentes: no Cabo e Suez na África e Passagem de Drake e Canal do Panamá na América do Sul, o Brasil pode tomar a iniciativa de propor ligações ferroviárias intercontinentais para driblar essa superioridade e impedir que se repita na região do Atlântico Sul, um novo tipo de colonialismo decorrente do interesse das grandes potências pelos seus ricos recursos naturais.

A proposta do modal ferroviário decorre da abundancia de recursos ferríferos, da capacidade tecnológica de transformá-lo em aço e da disponibilidade de energia elétrica para movê-los. Além disso, ele é um meio de transportes com baixo impacto ambiental e de alta territorialização o que favorece o desenvolvimento territorial e o seu controle por parte dos Estados Nacionais. As rotas das vias férreas do lado sul-americano seriam formadas pela ligação Santos-Arica, no Pacífico; e na África, Luanda-Beira, no Oceano Índico, atravessando o rico corredor central africano.

Com isso, a região do Atlântico Sul que durante todo o século XX se viu marginalizada dos benefícios do comércio mundial, servindo apenas como fornecedor de matérias primas e produtos agrícolas para as economias industriais do Hemisfério Norte, pode reverter esse quadro a seu favor, trazendo para o interior dos continentes so eixos geopolíticos de ligações inter-oceânicas que, atualmente, encontram-se nas suas pontas. Nesse sentido, a "fronteira oriental" brasileira poderia se movimentar ao longo dos três oceanos do Hemisfério Sul driblando, através dos meios ferroviários, as barreiras postas pelo "sea power" anglo-saxão nos estreitos e passagens marítimas inter-oceânicas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, P. R. Geoestratégia do Atlântico Sul: uma visão do Sul. **Política e Estratégia,** São Paulo, v. 5, n 4, p. 486-495, 1987.

BRASIL Ministério das Relações Exteriores. **Metas e bases para a ação do governo.** Brasília, DF, 1970.

CASTRO, T. **Atlântico Sul:** geopolítica e geoestratégia. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1997.

CAVAGNARI, G. L. Autonomia militar e construção da potência. In: Oliveira, E. R., (Org.). **As Forças Armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 65-152, 1987.

CERVO, A. L. & Bueno, C. **História da política externa do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Inserção internacional e política externa:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

DECUADRA, D. R. **Geopolítica, política externa, pensamento militar brasileiro em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1991.

DEL VECCHIO, A. **Impasses do regime militar brasileiro: construção de potência, institucionalização e estabilização política (1964-1979)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DODDS, K. Geo-grafos del Atlántico Sur: el pensamiento geopolítico argentino y la política del Tratado del Atlántico Sur (Otas). **Geopolítica**, Buenos Aires: El Ateneo, v. 20, n 52, p. 30-41, p. 22-32, 1994.

GUERRA, Wilson B (2012). O Brasil e a Segurança do Atlântico Sul. **Revista Nação e Defesa**, n. 128, Lisboa, IDN (67-76)

JOBIM, Nelson Azevedo. Palestra. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL, 2010, Lisboa. **"O Futuro da Comunidade Transatlântica".** Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/3381/>. Acesso em: 12 mar. 2012.

KORNEGAY, Francis (2008). **The geopolitics of IBSA**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3, Brasília. Anais, FUNAG, (161-182).

KUMAR, Deepak. A competição no Oceano Índico à luz do emergente triângulo estratégico. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 123-153, dez. 2009.

MARTIN, André R Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery. São Paulo: USP, 2007. **Tese de Livre-Docência.**

MATTOS, C. M. **Atlântico Sul**: sua importância estratégica. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Bibliex, n. 688, p 73-90, 1980.

MORRIS, Michael. **International Politics and the Sea**: the case of Brazil. Boulder: Westview Press, 1979.

NASCIMENTO, Augusto. São Tomé e Príncipe e os desafios da segurança marítima. **Revista Nação e Defesa**, n. 128, Lisboa, 2011. IDN (93-121)

OGWU, J. Cooperação Sul-Sul: problemas, possibilidades e perspectivas de uma

relação emergente. **Estudos Afro-Asiáticos,** Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, n. 11, p. 9-19, 1985.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira e relações Brasil-África**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PENHA, Eli Alves. O Atlântico Sul e as dimensões da "fronteira oriental" brasileira: a política africana dos governos militares. In: Del Vecchio, A. (Org.) **Política internacional e hegemonia- Brasil e Estados Unidos no contexto da globalização.** São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

_____, **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2010.

PROENÇA JR., Domício; BRIGAGÃO, C. **Panorama Brasileiro de Paz e Segurança.** São Paulo: Hucitec, 2004.

ROOYEN, Frank Van. Africa and the geopolitics of the Indian Ocean. Johannesburg, **Ocasional Paper** nº 78, 2011. SAIIA.

Rodrigues, J. H. **Brasil e África**: outro horizonte. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Civilização Brasileira, 1961).

SARAIVA, J. F. S. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: Cervo, A. L. (Org.). **O desafio internacional.** Brasília: UnB, p. 263-332, 1994.

_____, **O lugar da África**. Brasília: UnB, 1996.

SARDEMBERG, R. Globalização: visão do Atlântico Sul. **Nação e Defesa**, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n 80, p. 35-55, 1996.

SILVA, G. do C. e (1967). **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex/José Olympio.

TURNER, F. J. **The frontier in American history**. New York: Dover Publications, 1996.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. Gerenciando a Amazônia Azul. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro. n. 331, p. 28-33. jul./set., 2004.

Recebido em: 29/06/2012

Aceito em: 18/07/2012